



Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional

Delma Pessanha Neves - Antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora afiliada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Resumo

Neste trabalho, analiso processos de constituição política dos ribeirinhos, habitantes de várzea, do médio rio Solimões (Estado do Amazonas). A construção dessa categoria é parte dos investimentos objetivados diante da concorrência entre agentes sociais pela hegemonia de formas de integração desses produtores. Os processos acima referidos quase não têm sido contemplados pela pesquisa acadêmica. Proponho-me a apresentar algumas reflexões sobre a especificidade do caso, no qual o papel institucional mais importante foi desempenhado pela Igreja Católica, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Trata-se, portanto, de um enquadramento mediado pela afiliação religiosa e fundamentado na defesa de um (essencializado) modo de vida. Dessa forma, a proposta de análise contribui para ultrapassar o sentido da localização ou habitat ao qual geralmente a categoria ribeirinho é identificada. Este trabalho avalia, pois, o caráter sociopolítico da constituição e da reprodução de um segmento social.

Palavras-chave

Agricultores, ribeirinhos, constituição política de sujeitos sociais, Tefé, Amazonas.

Abstract

In this work I analyse processes of policies constitution of river people, inhabitants of the meadow of the medium Solimões River (State of Amazonas). The construction of this category is part of the objectivated investments toward the competition among the social agents for the hegemony of forms of integration of these producers. The processes mentioned above have barely been focused by the academic research. I propose to present some reflections on a specificity of the case, in which the most important institutional role was developed by the Catholic Church, through the Movement of Basic Education (Movimento de Educação de Base - MEB) and through the Ecclesiastical Communities of Basis (Comunidades Eclesiais de Base - CEB). Therefore, it deals with a situation mediated by religious affiliation and founded on a defense of a (essentialized) way of life. Thus, the proposal of analysis contributes to overpass the sense of localization or habitat which the river people category is usually identified with. This work evaluates, then, the sociopolitical character of constitution and reproduction of a social segment.

Keywords

Agricultors, river people, political constitution of social subjects, Tefé, Amazonas.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analiso processos de constituição política dos *ribeirinhos*, habitantes de várzea, do médio rio Solimões (Estado do Amazonas). A construção dessa categoria é parte dos investimentos objetivados diante da concorrência entre agentes sociais pela hegemonia de formas de integração desses produtores¹. Os processos acima referidos quase não têm sido contemplados pela pesquisa acadêmica. Proponho-me a apresentar algumas reflexões sobre a especificidade do caso, no qual o papel institucional mais importante foi desempenhado pela Igreja Católica, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Trata-se, portanto, de um enquadramento mediado pela afiliação religiosa e fundamentado na defesa de um (essencializado) modo de vida. Dessa forma, a proposta de análise contribui para ultrapassar o sentido da localização ou *habitat*, ao qual geralmente a categoria *ribeirinho* é identificada. Este trabalho avalia, pois, o caráter sociopolítico da constituição e da reprodução de um segmento social².

No caso aqui estudado, os ribeirinhos são policultores (agricultores, principalmente, mas também, complementarmente, pescadores e extratores de recursos da floresta) que gerem disposições específicas, por operarem em ambiente de várzea, área situada nas margens de rios e lagos, sujeita a inundações periódicas (de maior ou menor intensidade). Circunscrevem o aproveitamento de áreas agricultáveis a cultivos de ciclo curto, de 5 a 6 meses, entre uma e outra alagação. Por essa relação com os recursos naturais, são portadores de saberes, técnicas, estratégias e alternativas peculiares à convivência com tal forma de sazonalidade. Mas são também atingidos por efeitos deletérios de ações predatórias que provocam estranhas interdependências no equilíbrio do ecossistema.

As respostas dos habitantes de várzea às questões e aos problemas ambientais – que suscitaram soluções e adaptações – revelam a consciência que

¹ Os dados aqui considerados fundam-se na interlocução de pesquisadores com alguns dos residentes em certas localidades situadas nos municípios de Tefé, Alvarães e Coari, no Estado do Amazonas. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Projeto Situação socioeconômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas, Componente I (Estudos estratégicos) do Projeto Manejo de Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea) –executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e coordenado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MNA) –, com apoio financeiro do Department for International Development (DFID) do British Council, sob a coordenação de Deborah Magalhães de Lima. A pesquisa foi realizada entre março de 2002 e maio de 2004.

² Torna-se necessário reconhecer que o termo *ribeirinho* qualifica moradores em margens de rios e lagos sujeitas a inundações. Esse segmento tem sido estudado por diversos autores como Sigaud et al. (1987, p. 214-290) e Faria et al. (2002). No entanto, o termo tem sido generalizante, à associação com os que se encontram na Amazônia, talvez pela pujança da mobilidade do volume das águas, mas também por todas as associações fantasmagóricas que são imputadas a essa região.

eles têm das possibilidades e dos limites de organização da vida social. É preciso reconhecer sua capacidade de produzir instrumentos para tornar eficaz sua relação com o meio; é preciso ainda entender os padrões de comportamento socialmente transmitidos que embasam essas comunidades humanas, do ponto de vista do embasamento físico, ambiental e biológico.

Ao analisar as circunstâncias que prefiguram essas condições de vida, procuro compreender as configurações que fazem ressaltar as especificidades dos significados comportamentais, das representações e das práticas sociais, constituídas na relação com um *habitat* próprio, mas também com formas específicas de afiliação e enquadramento institucionais (WIRTH, 1979). Nessa perspectiva, posso considerar a trajetória social desse segmento de agricultores e examinar as configurações políticas que propiciaram a visibilidade social. Mais: posso trazer ao conhecimento externo, os investimentos institucionais voltados para objetivação de processos de re-enquadramento, seja por agentes que se arrogam ordenadores do mundo, seja pelos investimentos políticos dos *ribeirinhos*, para, relativizando o estranhamento externo de seu modo de viver, tornarem-se beneficiários de direitos sociais, geralmente acenados para aqueles brasileiros reconhecidos pela integração ao universo social dos considerados cidadãos.

Por isso, é fundamental entender os investimentos políticos na conformação de padrões de comportamentos e atitudes, de *ethos* e visões de mundo, mais facilmente perceptíveis em cristalizações institucionais. É o caso da associação da identidade desses produtores a um território, a uma unidade político-administrativa e a uma cooperativa. Esse pertencimento assegura às suas ações inúmeras formas de legitimidade. Esses produtores apresentam-se como agentes sociais numa ou a partir de uma *comunidade* delimitada.

Os significados atribuídos ao termo *comunidade* tornam-se impositivos ao entendimento das relações sociais em que estão integrados. Porém, a complexidade aumenta porque o termo adquire múltiplos significados. Ora é amplamente inclusivo e se define pela mínima unidade territorial ou localidade; ora é unidade político-administrativa porque sede de prestação de serviços públicos e comuns (escola, capela, campo de futebol, motor de luz, casa comunitária, sede da associação de produtores). Nessa perspectiva, “comunidade” é a base para a formulação de demanda de um espaço público legitimado para os investimentos dos serviços municipais. Além disso, o termo “comunidade” designa um grupo de lealdades primordiais, preferentemente com reconhecimento oficial, pelo registro da fundação de uma associação em cartório: equivale então à unidade associativa, base de gestão de ações políticas. Mas o mesmo termo ressalta o modelo idealizado de pertencimentos, pela adesão participativa às práticas e aos objetivos da vida

construída em comum. Nesse sentido, é altamente excludente, colocando na liminaridade os que vacilam e, na exterioridade, os que se contrapõem às regras assumidas pelo grupo.

Todos esses fatores não derivam tão somente das intenções de *ribeirinhos* mobilizados pela convivência com delimitações espaciais e temporais singulares. Eles também são refratários à sua inserção em campos de forças sociais em concorrência e/ou complementaridade, diante da construção e da apropriação de recursos.

Esses campos de forças sociais são também organizados para a constituição de um sistema de produção e de extração de excedentes, bem como de um sistema de poder correspondente aos ideários que justificam as interferências civilizadoras entre os habitantes de uma das Amazôniaas social e concorrencialmente construídas. Essas representações acentuam ora o irretorquível, ora o indomável, ora o infinito, mas, contraditoriamente, são também um espaço de intervenção para correção de rotas, sinalizadoras da aproximação de idealizações sobre uma natureza sacralizável ou sobre uma natureza propícia à realização de sonhos de acumulação de rapina. Todas essas intenções econômicas e políticas, nesse mesmo campo, são produzidas e diferencialmente reproduzidas³. Por isso mesmo, na análise considerada neste artigo, estarei valorizando o campo de concorrências institucionais, no qual os agentes estão diferencialmente posicionados. Nesse sistema de posições, também se inserem os *ribeirinhos*, motivados pelo desejo de serem politicamente reconhecidos. Portanto, na situação social considerada neste artigo, no médio rio Solimões, *ribeirinho* é uma categoria mais política que econômica, razão pela qual é alçada à remissão qualificadora de um modo de vida advogado como *sui generis*. Engloba os *agricultores de várzea*, reconhecidos pela prática econômica que associa a subsistência e as interdependências mercantis⁴.

Os *agricultores de várzea* não se auto-apelam como *ribeirinho*, salvo nos espaços de ação política. A categoria *ribeirinho* é bem internalizada quando o agricultor de várzea está no campo político, onde é assim reconhecido e designado: corresponde ao agente político. Assume, então, significados distintos daqueles inerentes aos modos de autoidentificação, cuja ênfase recai, como já destaquei, no *morador* de uma *comunidade* (unidade territorial politicamente constituída pelo ideário da solidariedade e da redistribuição fraterna ou vicinal).

São poliprodutores *experts* na gestão de constrangimentos ou de alternativas ambientais e sociais. Estão dotados de saberes para gerir constrangimentos porque,

³ Para abordar essa questão, inspirei-me na leitura de Barbosa (1986), Benatti (1999), Benchimol (1989), Castro (2003), Fraxe (2000), Furtado (2003), Hébette (2002) e McGrath (1999).

⁴ Para uma análise mais detalhada das práticas econômicas desses produtores, ver Neves (2003).

aprendendo a geri-los, construíram sua relativa liberdade em relação à natureza, elaboraram meios de adaptação a esse ambiente ecológico, romperam barreiras fundamentais, transformando a terra sucessivamente inundada em seu *habitat*. Entre eles, tudo clama pela consciência naturalizada dos limites: a) os períodos de cultivo; b) os riscos de ampliar a produção mas também as perdas; c) o uso da força de trabalho manual dos membros da família e, por consequência, a necessidade de formação de *ajuris* ou mutirões⁵; d) a distância entre casa e roçado; e) a inexistência e a inadequação de uso de animal de tração para facilitar-lhes o trabalho; f) o espaço da canoa e a potência do seu motor para deslocar mercadorias; g) a distância a ser percorrida e o alto custo do combustível; h) a abundância do mercado quando os produtores dispõem dos mesmos produtos mercantis, cuja necessidade de consumo deve ser imediata; i) a impositiva transferência de valor excedente, caso não disponham de meios para comercializar diretamente os produtos e dependam dos *regatões*⁶; j) a fraca capacidade de compra dos consumidores citadinos; k) as regras sociais que devem ser respeitadas para se integrar e se reproduzir como comunitário; l) enfim, a imposição da reprodução simples, para não perder a legitimidade de afiliação a um nós, no caso, à *comunidade*, para não ver seu esforço produtivo seguir água abaixo e para não ampliar as vantagens voluptuosas dos agentes da circulação do capital mercantil.

As áreas e a população dos municípios de Alvarães, Tefé e Coari, onde residem os entrevistados, são apresentadas no quadro abaixo.

Município	Área (km ²)	População residente
Alvarães	6.075	12.147
Tefé	23.705	64.576
Coari	57.230	67.087

Quadro 1: Áreas e população dos municípios Alvarães, Tefé e Coari.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000, p. 9-10).

Uma parte da área desses municípios é apropriada por estabelecimentos produtivos. Os titulares podem ser proprietários, posseiros ou ocupantes,

⁵ Equipes de chefes de família sob potencialidade plena do uso da força de trabalho, agregadas especialmente para a formação do roçado e construção ou reparação dos bens comunitários.

⁶ Proprietários de barcos dedicados à circulação de mercadorias. Integram-se a redes de comercialização também compostas pelos *patrões*, pelos proprietários de *recreios* e pelos *marreteiros*. Todas esses agentes estão organizados de acordo com a divisão de trabalho, mas também se podem justapor. Compõem, a partir dos *agricultores* (inclusive os de *várzea*), uma intrincada rede de apropriação de excedentes pela comercialização e de construção de formas de dominação personalizada. A partir desses agentes mercantis, os produtos agrícolas e extrativos locais alcançam grandes mercados, e os produtores obtêm outras mercadorias necessárias, geralmente para o consumo improdutivo, e créditos sob uma forma usurária.

arrendatários e parceiros, categorias de classificação atribuídas segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Municípios	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (ha)						
Alvarães	800	7.961	3	15	-	-	617	6388
Tefé	2.027	16.323	3	10	-	-	225	1425
Coari	2.887	68.936	49	800	9	129	1.130	4.849

Quadro 2: Dados gerais sobre a apropriação agrária nos municípios de Alvarães, Tefé e Coari (condição do produtor).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996, p. 166).

Nesses estabelecimentos, operam grupos diversos de atividade econômica. Pelos dados do IBGE, não se pode inferir se o estabelecimento está localizado na *várzea* ou em *terra firme*. Entretanto, pela peculiaridade das condições de aproveitamento produtivo da *várzea*, os agricultores que aí se instalam integram o conjunto computado em lavouras temporárias.

Município	Grupo de atividade econômica/estabelecimentos							
	Lavoura temporária	Horticultura	Lavoura permanente	Pecuária	Produção mista	Silvicultura e exploração florestal	Pesca e aquicultura	Produção de carvão vegetal
Alvarães	1352	-	42	3	5	18	-	-
Tefé	2020	10	157	3	7	57	1	-
Coari	1803	6	1857	19	18	171	201	

Quadro 3: Atividades econômicas dos municípios de Alvarães, Tefé e Coari.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996, p. 168).

As principais atividades econômicas desenvolvidas nesses municípios são agricultura, pesca e comércio (IBGE, 1999). As atividades econômicas recentemente consolidadas organizam-se em torno da agricultura, da pesca e do comércio. Os principais produtos agropecuários são: fruticultura (banana, pupunha, abacaxi, cupuaçu, laranja, limão); culturas industriais (guaraná, açaí, cana-de-açúcar, café, pimenta do reino, urucu, malva); culturas alimentares (mandioca, milho, feijão, arroz); olericultura (melancia, abóbora, couve, alface, cebolinha, coentro, pepino, repolho, pimentão, maxixe, quiabo, tomate, pimenta cheirosa, pimenta murupi); extrativismo (castanha-do-brasil); pecuária (bovinocultura de corte, bovinocultura mista, bubalinocultura, avicultura de corte, avicultura de postura, aquicultura, mas com fraca relevância econômica). Os produtos mercantis mais importantes são a castanha, mas principalmente a farinha de mandioca, sob diversas modalidades.

Cada uma dessas modalidades possui atributos diferenciados, conforme gostos de consumo consolidados. Por isso, a cada uma delas correspondem preços relativamente diferenciados ou graduados.

1 O QUADRO INSTITUCIONAL DE RECONHECIMENTO SOCIAL DOS RIBEIRINHOS

Para se compreender as condições de constituição da categoria social *ribeirinho*, como se apresenta no atual contexto político, é preciso levar em conta o campo de forças sociais que se produz por efeitos de concorrência de investimentos políticos diversos. Esses investimentos estão referenciados pela constituição de comportamentos esperados por parte da população e, em especial, para o caso aqui analisado, pelos habitantes de *várzea*.

Considerando o quadro institucional cujos agentes tomam em conta os *ribeirinhos*, e, reciprocamente, aquele também por estes reconhecido, podem ser destacadas os seguintes atores:

- a) representantes da Igreja Católica e concorrentes afiliados às igrejas evangélicas;
- b) representantes do poder político-administrativo estatal, no plano local ou municipal, mas também no âmbito estadual e federal⁷;
- c) intermediários da circulação do capital mercantil, na figura de *patrões*, *regatões* ou *marreteiros*⁸;
- d) porta-vozes dos projetos políticos preservacionistas – alguns, advogando a aplicação de saberes científicos, outros, defendendo direitos sociais reconhecidos pela histórica presença dos agricultores na apropriação de recursos produtivos e meios de vida, todos, independentemente das contraposições em jogo, buscando construir, entre a população que se dedica à captura de animais e ao extrativismo, padrões de adesão ao uso racional ou sustentado desses recursos;
- e) agentes de representação política delegada, para efeitos de defesa de

⁷ Na esfera federal, ressalta a presença relativamente recente, especialmente a partir dos programas que configuram processos de descentralização administrativa ou de reconhecimento de direitos, dos *carentes sociais*, provisoriamente dotados do direito à assistência emergencial. Há também a pressão dos que se desejam beneficiários dos programas previdenciários – que concedem pensões e aposentadorias a trabalhadores rurais e a pescadores ou transferem complementos salariais, no período de defeso, a essa última categoria profissional.

⁸ Essas categorias correspondem a posições interdependentes do circuito de comercialização de produtos e de circulação de capital usurário. Os *patrões* dispõem geralmente de melhores condições de acumulação mercantil e concentram pontos já estabelecidos da comercialização (os *barracões* e, atualmente, as *estivas* ou grandes lojas que operam com oferta diversificada de mercadorias). Os *regatões* correspondem aos agentes da circulação mercantil que atuam nas redes que interligam unidades produtivas, flutuantes, casas aviadoras e feiras urbanas. Os *marreteiros* são intermediários da circulação de mercadorias, geralmente nos espaços das feiras.

interesses corporativos de categorias socioeconômicas, por causa da expansão das formas de inclusão, especialmente no que tange a direitos previdenciários.

Essa divisão de trabalho institucional (ou esse sistema de posições) é assim apresentada apenas para a explicitação de interesses específicos. Entretanto, só pode ser compreendida pelas interdependências constituídas. Muitos desses agentes institucionais operam em parcerias, embora gerindo dissensos.

Há posições inconciliáveis com os princípios de elaboração de projetos políticos: é o caso dos que fazem circular e acumulam capital mercantil, em suas várias cadeias de intermediação, e dos defensores da conservação ambiental. Mas há aproximações possíveis entre esses últimos, mesmo que os que se erigem em especialistas na aplicação prática de princípios científicos reivindiquem a superioridade de seu saber. Todavia, como na região eles não são os pioneiros da ação prática no sentido da conservação, devem conviver com concepções preservacionistas que buscam seus fundamentos num humanismo cristão. Os que defendem tal sistema de crenças legitimam-se e criam engajamentos a partir do reivindicado respeito à obra deixada pelo Criador, que os homens devem, por princípio de fé, inclusive na irmandade em Cristo, respeitar.

Há discordâncias quanto à adesão a modelos práticos de preservação ou de conservação: uns preferem unidades de desenvolvimento sustentável e outros, as unidades de conservação. Tais discordâncias, do ponto de vista dos *ribeirinhos*, são elaboradas pela referência à avaliação de maior ou menor autonomia dos usuários dessas unidades. Como, em quaisquer circunstâncias, o saber do poliprodutor deve ser considerado, os *ribeirinhos* reivindicam a legitimidade e a prevalência desse seu saber, até mesmo para fundamentar esse processo de troca. Consideram-se capazes de assegurar manejos e reproduções pautados pela sustentabilidade.

Da mesma forma, é possível a convergência de interesses e a constituição de redes de ação política que agreguem os agentes eclesiais e os porta-vozes dos movimentos corporativos e associativistas. Essa coerência muitas vezes se impõe porque as formas de inserção política provocam desdobramentos recíprocos. Há, inclusive, acúmulos de funções. Algumas delas, por exemplo, circulam entre um número restrito de agentes sociais ou de redes familiares: catequistas, líderes de comunidade ou de setor, presidentes de associações e agentes de saúde. Enfim, também é possível a concomitante aliança entre lideranças agregadoras de interesses corporativos de agricultores, trabalhadores rurais e pescadores, de um lado, e gestores dos poderes estatais nos seus diversos planos, de outro. Um sindicalista pode ser vereador ou definir-se por esse vínculo por redes de parentesco e vizinhança.

Os *ribeirinhos* e os seus representantes políticos delegados exaltam a

convivência secular dos habitantes da Amazônia com agentes externos que por aí se integram e se integraram, em nome de objetivos mercantis, missionários ou científicos. E se pensam subjugados a diferenciadas mas contínuas formas de colonização, até hoje presentes.

Os interesses mercantis e administrativos das Coroas (espanhola e portuguesa) foram ampliados pela incorporação de pesquisadores naturalistas, como Charles Marie de la Condamine francês que, em 1743, esteve em Tefé. Suas viagens resultavam em condecorações nas academias europeias, como a Academia de Ciências de Berlim, a Royal Society de Londres, a Academia Francesa. Desses naturalistas, os mais reconhecidos são Johann Baptist von Spix, zoólogo, e Carl Friedrich Philipp von Martius, botânico. Graças ao relato desses cientistas, tem-se notícia de que Ega, como era chamada Tefé, já constituía, por volta de 1819, um empório comercial na parte alta do rio Solimões e de todos os seus afluentes. Por aí circulavam mercadorias europeias e saíam cacau, salsaparrilha, manteiga de tartaruga, pirarucu seco, café, algodão, óleo de copaíba, favas de pixurim, castanha-do-maranhão, carajuru, urucu e madeiras de construção (RIBEIRO, 1996, p. 66-67). Dessas incursões, cujo objetivo era o conhecimento da flora e da fauna, da abrangência da bacia hidrográfica, participou também Alcides Dessalines d'Orbigny, que passou pela região por volta de 1831, a serviço do Museu de História Natural de Paris. Com o mesmo objetivo, também esteve na região, a serviço do Museu Britânico, em 1850, Henry Walter Bates.

Os interesses motivados pelo conhecimento científico jamais cessaram de se expandir, como demonstram a presença de inúmeros institutos de pesquisa, as parcerias institucionais e a recorrente curiosidade de pesquisadores nacionais e internacionais. Atualmente, os interesses da pesquisa associam-se à sustentabilidade como valor ético e social.

No que diz respeito às instituições que estão sediadas na cidade de Tefé, a despeito da presença do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, é inegável a hegemonia dos porta-vozes que se associam em rede, colocando em prática, na maior parte das vezes, ações capitaneadas ou apoiadas por integrantes da Igreja Católica. Nos municípios de Coari e Alvarães, que adotam modelos de ação relativamente diversos, é bem evidente a hegemonia do poder municipal, graças à adesão aos programas sociais do governo federal.

2 OS RIBEIRINHOS, AS DESOBRIGAS E A VIDA EM COMUNIDADE

A partir do século XVII, os investimentos intermediários colocados em prática por diversas ordens religiosas marcaram o tom da colonização portuguesa, atrelada às ações mais consistentes no sentido da reconversão de grupos indígenas.

Destaca-se então o jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, autorizado por Felipe IV da Espanha a viajar pelo rio Amazonas em companhia do capitão-mor Pedro Teixeira, para realizar exaustivo levantamento dos habitantes e das riquezas a serem exploradas. Para fincar as condições práticas do programa de catequese em que se fundou a colonização, frei Laureano de la Cruz, em 1650, esteve entre os rios Juruá e Tefé. Dessas incursões, a de efeitos mais práticos esteve a cargo do padre Samuel Fritz, que fundou várias missões ao longo do rio Solimões e a quem se atribui a fundação de Tefé, sob a égide da integração legitimada por ação catequética (cf. RIBEIRO, 1996; SCHAEKEN, 1997).

Na região de Tefé, à fixação dos interesses da Igreja Católica por meio da fundação da aldeia pelo jesuíta Samuel Fritz, a serviço da Espanha, entre 1686 e 1688, seguiu-se a evangelização praticada por padres e irmãos carmelitas, entre 1718 e 1798, ordem sob tutela da Coroa Portuguesa. A seguir, há investimentos de ordens religiosas vinculadas ao governo italiano, mas a ação mais duradoura esteve a cargo dos espiritanos de origem francesa (cf. SCHAEKEN, 1997)⁹.

Em 1885, os padres espiritanos desembarcaram em Belém para iniciar os trabalhos de constituição de um seminário. Em 1897, marcaram presença em Manaus e em Tefé, onde iniciaram a construção da sede da Congregação do Divino Espírito Santo em Missão, na boca do Tefé e na área onde se encontra a cidade. Desses pontos de irradiação, expandiram a ação missionária pelas calhas dos rios Solimões, Japurá e Juruá. Construindo escolas para meninos e meninas, ampliaram o número de sacerdotes e irmãos para consolidar o investimento político-missionário e moldaram os costumes de uma constituinte população mais vinculada à administração da gestão local.

De 1948 a 1981, o bispo da prelazia de Tefé criou paróquias em Caruari, Alvarães, Foz do Jutáí, Itamarati, Uarini, Caitaú, Maraã e Fonte Boa. Data também dessa época a abertura da Escola Normal Rural e do Ginásio Espírito Santo, instituições responsáveis pela formação dos quadros da administração municipal.

O mesmo modelo de gestão da população foi posto em prática na região capitaneada por Coari, antes vinculada ao município de Tefé. A prelazia de Coari foi desmembrada da arquidiocese de Manaus em 13 de julho de 1963 e instalada em 11 de março de 1964. Desde 1945, é administrada por padres redentoristas, sediados nos Estados Unidos.

Um seminário e diversas escolas foram aí erguidas, estas especialmente por volta da década de 50 do século findo, quando também foi fechado o seminário. As

⁹ Sobre essa ação missionária, consultar o *site* da Congrégation du Saint Esprit (<http://www.spiritains.org/qui/fondateurs/poullartbib2.htm>).

edificações que acolhiam essas instituições são relativamente suntuosas, pois que até hoje se destacam no conjunto arquitetônico da cidade. Diversos padres formados no seminário deram continuidade à obra de catequese. No seminário também ingressavam os filhos das famílias dotadas de melhores recursos financeiros, tendo esse modelo pedagógico sido responsável pela formação da elite dirigente local. Havia internatos para acolhimento de órfãos e filhos de *agricultores pobres*, cujas residências espalhavam-se pelo interior do município. Aos padres redentoristas, aliaram-se nessa missão as irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. Ao lado do trabalho educativo, as irmãs também foram responsáveis pelos primeiros cuidados de saúde. A Prelazia contava ainda com o trabalho de irmãos que se dedicavam à formação de artesãos e profissionais da carpintaria, marcenaria etc. Até o momento, esse trabalho é mantido, incorporando aproximadamente 100 jovens, nos dois turnos diários de funcionamento.

As marcas da importância da Igreja Católica na construção do sistema de poder em que se fundou o processo de colonização também são visíveis nos mais importantes edifícios até hoje erguidos em Tefé e Missões, onde funcionavam o Seminário São José (1913), o Colégio Santa Tereza ou Escola para Meninas (1919), o Seminário situado nas Missões (1897) e a Escola Agrícola e Industrial de Boca do Tefé (criada em 1898), dotada de diversas oficinas para a formação de trabalhadores manuais especializados. À obra dos espiritanos, agregaram-se, em 1925, as representantes das irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, voltadas para a educação das moças destinadas às tarefas domésticas e aos primeiros atendimentos médicos. Embora a ordem espiritana tenha permanecido a mesma, a partir de 1946, ela foi reproduzida pela presença de padres de origem holandesa, que lá permaneceram até recentemente.

As ações realizadas em parceria pela Igreja Católica e pelo Estado para a constituição do sistema de poder econômico e político duraram muito tempo. Excetuam-se os momentos de pressão de outras associações religiosas e corporativas, por exemplo, por ocasião da proclamação da república, quando representantes dos interesses da Maçonaria questionaram a transferência de subsídios para institutos educacionais da Igreja. Todavia, a aliança de interesses foi reafirmada até que o sistema de ensino foi sendo assumido pelo Estado, como prestação de serviço de direito universal. Atualmente, em Tefé e em Missões, os prédios que antes serviam aos educandários religiosos estão alugados ao governo do Estado, e as secretarias de educação administram cursos de ensino médio.

Os viajantes dos séculos XVI a XIX registraram a presença de vários agrupamentos indígenas fixados nas margens dos rios, mas as ações dos espiritanos e dos redentoristas concentraram o trabalho de catequese nas sedes institucionais.

Por isso, no registro da memória do processo catequético, há insistente relevo para o número de órfãos e órfãs tutelados pela diretoria dos educandários ou de jovens a serem instruídos segundo padrões europeus.

O principal investimento catequético da Igreja Católica entre a população que fixara residência nas margens dos rios e lagos fundamentava-se no modelo das *desobrigas*, trabalho missionário difundido em viagens anuais de sacerdotes e catequistas, feitas em canoas a remo. Nessas passagens, os agentes eclesiais reafirmavam o sistema de crenças e a afiliação dos catequizados por meio dos rituais de comunhão e batismo, e reproduziam o sistema de recrutamento de alunos, algumas vezes para a formação de padres e irmãs¹⁰.

As *desobrigas* representavam atos de mobilização para ampliar as adesões, mas também momentos de escuta e de tomada de conhecimento das condições de vida dos que estavam afastados das sedes dos municípios. Por esse contato, mesmo que descontínuo, os agentes eclesiais foram consagrados, inclusive por auto-proclamação, especialmente pelo bispo, porta-vozes das demandas por uma presença ativa de instituições estatais ano meio da população. As reivindicações giravam em torno da assistência médica e da universalização do sistema de ensino fundamental. Por meio de doações feitas por organizações religiosas internacionais, o bispo da prelazia de Tefé construiu o hospital São Miguel, inaugurado em 1968, hoje entregue ao governo estadual.

A reivindicação de serviços que deveriam ser prestados pelo Estado levou à redefinição do papel dessa instituição, a partir do golpe militar. Assim, no município de Tefé, em 1970, foi instalada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), tempos depois substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e, mais adiante, pelo Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDAM). Naquele contexto, a ACAR definia-se como uma instituição parceira no processo de difusão de novos saberes e de adesão a visões de mundo consideradas pelo prisma da abertura de universo¹¹. Da mesma forma, graças à liderança do bispo de Tefé, foi reivindicada a instalação de um *campus* avançado da Universidade de Juiz de Fora, em ligação com o Projeto Rondon, ato celebrado e oficializado em 13 de junho de 1969. Por meio dos cursos oferecidos por esse programa de extensão, a cidade de Tefé passou a contar com um quadro de funcionários capazes de melhorar e de ampliar os serviços, especialmente educacionais.

¹⁰ A *desobriga*, método pastoral hegemônico até o final da década de 60, era prática comum entre as diversas ordens religiosas presentes na Amazônia. As missões implicavam um plano de visitas, agendando-se, na ida da comitiva, os atos rituais que seriam realizados na volta. A *desobriga* revelava assim a descontinuidade do investimento institucional em razão da dispersão da população.

¹¹ Na abordagem da instalação dessas instituições de difusão de tecnologia, baseio-me no texto de dissertação de mestrado de Ramos de Albuquerque (1984).

A presença de todas essas instituições provocou mudanças na hegemonia de projetos de integração da população. Os representantes da Igreja Católica, em sintonia com novos projetos libertários propostos pela diretoria de seu corpo eclesial, apresentaram-se então como portadores de um projeto pedagógico de libertação da população do jugo dos agentes da circulação mercantil e das condições adversas decorrentes da adaptação ao *habitat*. Abraçaram, assim, a causa dos *ribeirinhos*, dando-lhes visibilidade política. Nesse contexto, os *ribeirinhos* eram exaltados pelas carências, mas também pela sua potencial ação transformadora da sociedade.

Da realização da *desobriga* e da valorização da devoção doméstica, o método missionário passou à promoção social e evangélica, que se fundamentava no exercício de reflexão que viesse a permitir o reconhecimento das condições de existência dos *ribeirinhos*, das causas que os levaram a essas condições. Os *ribeirinhos* estavam, necessariamente, fadados à mudança, inclusive das alternativas de suas condições de vida.

3 O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) E A ALFABETIZAÇÃO DOS RIBEIRINHOS

Os bispos das prelazias de Tefé e Coari iniciaram o processo de mobilização cotidiana dos *cristãos* a partir da instalação de estações de rádio, por meio das quais ministravam aulas. A Rádio Educação Rural de Tefé foi implantada em dezembro de 1963, e a de Coari, logo a seguir. Cada agrupamento de moradores que aceitavam reorganizar-se mediante uma mudança em sua concepção de vida social recebia um aparelho de rádio, carinhosamente denominado *cativo*, porque, na concessão, o governo federal, sob a justificativa de que os receptores das informações residiam em áreas de fronteira, havia limitado o alcance da frequência. Paradoxalmente, o que tornava os moradores *cativos*, presos a informações preestabelecidas, também representava uma abertura de universos sociais. Contudo, dado o fechamento maior a que anteriormente estavam os receptores submetidos, os *cristãos* assim integrados saudavam com prazer a imposição de ouvir apenas as orientações e as aulas, segundo a programação de uma mesma emissora¹².

¹² Para preservar a memória institucional, os primeiros supervisores asseguraram um registro escrito dos atos até hoje laureados: “Do esforço de Dom Joaquim que aqui plantou um meio de comunicação o qual produziu seus frutos, modificando a mentalidade dos dominados e esquecidos no beiradão. Foi ele quem viu, vislumbrando a imensidão da Amazônia que ali existia uma grande parte da população esquecida pelos governantes da região. E resolveu retirá-los do esquecimento e do anonimato. Através do som das ondas sonoras desta emissora, que só tem trazido as boas informações, Dom Joaquim levou a mensagem evangelizadora de Cristo aos ribeirinhos nos seus tapires e deu-lhes a entender que são homens e mulheres capazes de fazer mudanças [...]. Bons programas foram elaborados e transmitidos, para contento da população. O ribeirinho tinha o prazer de vir à

O Governo Federal instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), tendo em vista um processo de alfabetização de massa. Para essa prática contou, em certos contextos, com a parceria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país. A metodologia do MOBRAL, no entanto, não era adequada ao que projetavam os bispos dos municípios em apreço, quando implantaram as emissoras educativas. Por isso, associados a outros tantos, os bispos criaram o Movimento de Educação de Base (MEB), instituição dotada de objetivos e metodologias próprias: “promoção integral humana e cristã de pessoas jovens e adultas, através de aulas radiofônicas”.

Inicialmente, os porta-vozes desse projeto, contratados a partir de 1.º de janeiro de 1964, dedicaram-se ao treinamento, baseado em estágios e encontros, para a constituição das equipes de professores. Paralelamente, essa equipe também se dedicava à transmissão de programas radiofônicos para incentivar a adesão e para prestar esclarecimentos sobre as ações que implementavam. As primeiras equipes realizaram um levantamento de área para a escolha de lideranças comunitárias e para a pesquisa do universo vocabular do *ribeirinho*. Posteriormente, acompanhavam a transmissão de aulas radiofônicas, dadas *in loco* pelos professores anteriormente treinados, que se baseavam em uma cartilha elaborada segundo esse programa pedagógico. Mensalmente visitavam os *ribeirinhos* para encorajar a organização comunitária e acompanhar de perto o desenrolar do processo de alfabetização.

O levantamento de área consistia em uma pesquisa ócio-populacional nas localidades em que os porta-vozes do MEB iriam atuar. Sob interação, estimulavam os *ribeirinhos* a escolher os líderes comunitários, a saber: o monitor (ou o professor local), o catequista, o líder da equipe de futebol, o líder da organização de mutirões para a implantação de serviços comunitários (construção de escolas, capelas, casas comunitárias e campo de futebol) e o agente de saúde.

Essa prática de difusão consolidou-se pela ação direta dos agentes educacionais do MEB, instalado no início da década de 60. O MEB foi definido como uma instituição paralela às ações missionárias e ao quadro de catequistas. Seus agentes educacionais estimulavam a constituição de diretorias de clubes comunitários e de mães e, posteriormente, de cooperativas, de associações e de sindicatos.

Portanto, o MEB constituiu-se como uma instituição de referência de práticas de integração social da população mobilizada por princípios de afiliação

cidade ou mandar por alguém seus avisos e melodias para os programas de ‘avisos para os ouvintes’ e ‘melodias para o aniversariante’. Estes programas eram como o povo estivesse conversando com seus familiares” (PESSOA, 2002, p. 9). A equipe do MEB organizava diversos eventos: partidas de futebol municipal e intermunicipal, campeonatos e torneios, festival folclórico de Tefé, festa da castanha, festival cultural de Tefé, festival da canção missionária, missas dominicais, cobertura nas eleições e outros mais (PESSOA, 2002, p. 10).

cristã. Teve como atribuição transformar a prática missionária da Igreja Católica, que antes se dedicava anualmente às *desobrigas*. Apresentou-se como um movimento cujos agentes proclamavam o combate às práticas assistencialistas e filantrópicas da Igreja, com ação primordial sobre a infância e a juventude, mas limitada à catequese ou à institucionalização em internatos. Por essa tutela, asseguravam alternativas à formação e à reprodução de quadros eclesiais. Os membros da equipe assim definiam o objetivo de seu trabalho:

Levar o ribeirinho a descobrir por si mesmo os meios de dominar a situação de abandono em que vivia e vive, mudar a estrutura de sua vida e tornar-se um verdadeiro cidadão com todos os seus direitos.

Cada pessoa aprende por si mesma a ser, e a vir a ser mais do que é, pois esta é a condição de cada uma, de qualquer pessoa, dependendo da oportunidade, ainda criança ou já madura. Mas, o que se pode fazer é ajudar cada um a adquirir progressivamente consciência dessa e de sua realidade. Por isso, para os maltratados e desarmados, ao nosso ver, a Educação ainda é a revelação daquilo que são chamados a ser, por isso, o conhecimento, a informação é um ganho de confiança para com eles mesmos e a sociedade (ROMAINE, 2001, p. 2).

Para tanto, apregoavam: “O ribeirinho é um perfeito companheiro da natureza, no entanto sofria demasiadamente pela exploração e submissão do patrão, pela ignorância, pois era analfabeto de tradição cultural da época. E esta situação teria que mudar, através da escola radiofônica” (PESSOA, 2002, p. 15).

Os líderes foram escolhidos pelos demais membros da comunidade, segundo sua identificação com os propósitos dos educadores do MEB. O monitor, todavia, era escolhido pela capacidade cultural ou pelo reconhecimento de que “sabia mais do que os outros, mesmo que soubesse ler pouco”. A escolha assim reconhecidamente limitada correspondia ao empenho para dotar cada comunidade de uma escola¹³.

A supervisão também se constituía de visita quinzenal do funcionário do MEB aos moradores constituídos sob o padrão formal de organização comunitária que, por sua vez, se integravam a um circuito identificado como pertencente ao mesmo setor. Os líderes comunitários compunham um colegiado, entre os quais era escolhido o *líder do setor*. A supervisão visava verificar o aproveitamento dos alunos, o funcionamento da escola e o desdobramento das atividades realizadas pelos *líderes comunitários e de setor*. Em tese, durante o dia, o supervisor visitava

¹³ No fim de cada ano, os membros da equipe eram convidados a participar de seminários, de encontros e treinamentos, expondo os trabalhos que realizavam. Esses encontros visavam ampliar as informações sobre os outros sistemas MEB. Eles ocorreram no Rio de Janeiro, em Belém e em Manaus, com representantes de Cuiabá (Mato Grosso), Guajará-Mirim (Acre), Teresina (Piauí), Bragança (Pará), Manaus (Amazonas), Coari (Amazonas), Natal (Rio Grande do Norte), além de Tefé.

todas as casas, colhia informações sobre o funcionamento de cada escola, verificava os cadernos dos alunos, apoiava os que lhe demandavam orientação, visitava o clube de mães, caso houvesse no povoado, analisava os desdobramentos dos trabalhos comunitários e os problemas suscitados pela mobilização política. À noite, fazia uma reunião com todos os comunitários para debater problemas e levantar sugestões e encaminhamentos (cf. PESSOA, 2002, p. 14).

Segundo a memória dos *ribeirinhos* entrevistados, eles acederam ao convite, por vezes insistente, dos representantes do MEB e da Prelazia, para que se agregassem e se unissem, de modo a se tornarem beneficiários de recursos de destinação comum, especialmente da escola. E desde então se definem como agentes de um modo comunitário de organização e de integração social e política. A expressão mais visível disso ainda hoje gravita em torno do trabalho gratuito para a construção de escolas, casas comunitárias e campos de futebol. Sua eficácia é oficialmente demonstrada pela adesão dos *ribeirinhos* ao proposto convívio fraterno dos parentes e vizinhos.

Em 1972, o bispo da prelazia de Tefé cria as comunidades eclesiais de base (CEB) e, com base em uma nova concepção de *Igreja Viva*, não totalmente dependente da ação de padres e irmãos, consolida a ação missionária sistemática, de eficácia contraposta às descontinuas *desobrigas*. Esse processo foi imediatamente também adotado pelo bispo da prelazia de Coari. O trabalho missionário foi então transferido para os agentes pastorais.

Também por influência dos agentes eclesiais, é constituído em Tefé, em 1974, o Projeto Agrovila, destinado a *famílias ribeirinhas* vitimadas pelas sucessivas enchentes nessa década. Alguns dos agricultores foram então orientados para o desenvolvimento de culturas perenes, criação de animais de pequeno porte. Deslocando-se para *terra firme*, mantiveram-se referenciados a um modo de vida organizado pelo ideário do contrato entre os comuns, reificado na idéia de *comunidade* ou vida *comunitária*.

Como inflexão dos modos de constituição do campo de forças reproduzido para perenizar a obra da colonização, é importante registrar o acontecimento da 1ª Assembleia Rural, realizada em 1988, momento a partir do qual os representantes da Igreja Católica em Tefé abraçaram a causa preservacionista e a defesa da reprodução da pesca como meio de vida dos reconhecidos *ribeirinhos*.

Primeira Assembleia Rural da Prelazia de Tefé

Reunindo quase quatrocentas pessoas representantes de mais de cem *comunidades* do interior da Prelazia, realizou-se a primeira Assembleia Rural nos dias 1º a 4 de dezembro de 1988. Foram quatro dias de convivência fraterna. Muita animação, muito trabalho, cantorias, brincadeiras,

celebrações bonitas e boas reflexões sobre a caminhada do Povo de Deus. Várias famílias de Tefé abrigaram o pessoal do interior com o maior carinho. O entrosamento e o interesse de todos os participantes nos trabalhos, nas equipes, plenários e celebrações, demonstraram que as *comunidades* estão: - lutando de verdade, para se libertarem de todas as formas de escravidão;
- esforçando-se para ser Igreja Nova, mais unida e mais fraterna;
- trabalhando para construir o Reino de Deus na fé, na união, no amor e na justiça.

O tema da Assembleia foi: A IGREJA QUE SOMOS.

A partir desse tema, foram propostas várias perguntas que deveriam continuar sendo discutidas e aprofundadas nas reuniões: Ajuris e Celebrações das *Comunidades*, por vários motivos:

- a) para que a Assembleia não ficasse esquecida;
- b) para que mais pessoas entrassem de imediato nessa caminhada da Igreja;
- c) para que essa caminhada se tornasse mais clara, mais participativa e por isso, mais leve;
- d) para que, conscientes da IGREJA QUE SOMOS, através do trabalho de todos, possamos construir um mundo mais justo e fraterno (SCHAEKEN, 1997, p. 66-71).

O MEB-Tefé teve vida longa, durando até julho de 2003¹⁴. Nos últimos anos de existência, seus porta-vozes ainda reafirmavam como objetivos fundamentais da instituição:

- A afirmação dos leigos em um trabalho sócio-educativo, de ordem nitidamente temporal, de responsabilidade da Igreja.
- Um Movimento que nunca jogou com o povo, mas que tentou [...], honestamente, identificar-se com ele e, de certa maneira, ser, consciente de que um trabalho que pretende a promoção desse povo só terá sentido se ele mesmo for sujeito dessa promoção e, portanto, só ganhando autenticidade se houver participação desse mesmo povo na formulação e execução dessa tarefa, aliás, já tentada, mas de forma assistencialista por outras instituições, com experiências desiguais nas diversas áreas focais da ação social.
- Uma ação educativa empenhada essencialmente no processo de promoção sócio-cultural, objetivando que, pelo próprio povo, sejam assumidas as transformações necessárias, em programas que não correspondam somente às aspirações de grupos isolados, mas a uma necessidade articulada em rede dos movimentos sociais de todo o país (PESSOA, 2002, p. 25).

Sua permanência de aproximadamente 50 anos é justificada pela expansão das condições de precariedade da população brasileira:

O MEB existe em função de uma realidade nacional que necessita de transformação urgente porque, subjugando o homem, priva-o de sua

¹⁴ No Estado de Amazonas, o MEB, atualmente, está ainda presente em quatro municípios: Caruarí, Jutai e na prelazia de Itacoatiara.

atividade criadora e o coloca à margem do processo histórico, ceifando-lhe o direito de sujeito. Consciente de que a promoção desse homem só tem sentido se ele mesmo a assumir, o MEB, engajado com o povo nesse trabalho de mudança social, estabelece seu compromisso com esse mesmo povo, nunca com qualquer tipo de estrutura social ou qualquer instituição que pretenda substituir este povo tão sofrido, por privilégios de interesses particulares (PESSOA, 2002, p. 24).

No entanto, essa permanência não se deu por continuísmo. Ao contrário, a instituição foi sucessivamente colocada à prova em avaliações internas. Na década de 80, os gestores do MEB retomaram as discussões em âmbito nacional, buscando redefinir a identidade institucional e propor outras respostas ao que definiam como nova realidade. Na prelazia de Tefé, as atividades mantiveram-se pela ênfase na organização comunitária, aliada a orientações para formas de vinculação a um associativismo corporativista, mediante o reconhecimento da condição dos *ribeirinhos* como trabalhadores rurais sindicalizados.

Mais recentemente, na década de 90, o departamento MEB-Tefé sofreu uma reorganização interna, priorizando-se as articulações e a construção de parcerias institucionais. Os seus porta-vozes dedicaram-se ao trabalho de assessoria a grupos populares também urbanos. Os representantes institucionais articulados em redes projetavam ampliar o conhecimento dos associados e aumentar sua intervenção em políticas públicas de educação e de ação social. Além disso, por essa forma de representação, tentavam mediar ações políticas e pedagógicas que aglutinassem grupos e comunidades com os funcionários responsáveis por decisões técnicas. O objetivo era implantar programas referenciados ao desenvolvimento sustentável, ressaltado não só como valor, mas também como referência hegemônica, pois que defendido pelos representantes dos movimentos sociais da região, expressão com que investiram para serem politicamente reconhecidos.

O público beneficiário das ações dos agentes do departamento MEB-Tefé continuou sendo privilegiadamente o *ribeirinho*, agente político construído em contraposição às ações políticas fundamentadas no clientelismo como princípio de dominação. Essa contraposição visava o combate ao sistema de aviamento e ao sistema de controle estatal, que instituiu a concorrência desesperada de demandas individuais dirigidas ao poder municipal. Segundo os dirigentes do departamento MEB-Tefé, a persistência do sistema de dominação personalizada estava assim assegurada:

O clientelismo nos municípios da área de abrangência da Prelazia de Tefé é gestado no meio das famílias carentes e desinformadas, das comunidades ribeirinhas e dos bairros mais carentes da sede dos municípios, onde também a força de trabalho é desqualificada para o tipo de desenvolvimento que

está se instalando na região, considerado modelo avançado demais para a capacidade de formação das pessoas (ROMAINE, 2001, p. 3).

Os princípios metodológicos da ação política dos agentes institucionais do MEB foram ainda redefinidos durante a preparação para a participação na ECO-92. Como esses representantes institucionais atuavam no plano local e faziam-se representar por lideranças eclesiais, eles reivindicaram o deslocamento da ação política local para a esfera regional e o reconhecimento nacional, em adesão ao novo formato de integração política segundo o padrão de redes de interdependência. Reconhecendo-se em isolamento, a equipe de agentes do MEB propôs a criação do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD), que adotou a organização em rede, congregando várias lideranças.

Tanto na prelazia de Tefé como na de Coari, foram instituídas as Pastorais, inclusive Rurais, agregação a partir da qual foi coletivamente elaborado o ideário humanitário e cristão, que estimulou, de início festivamente, os *ribeirinhos* a lutar pela preservação dos lagos¹⁵.

4 EVANGELIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

As formas de organização política dos *ribeirinhos* frente à luta pela preservação de lagos guardam aproximação com os modelos de agregação oferecidos como referência pela intervenção da Igreja Católica, através de suas instituições paralelas.

As condições de construção do problema ambiental (capitaneadas pela ação missionária) decorreram de um contexto político de mudança no processo extrativista e de captura, intensificado diante de novos recursos tecnológicos e, por isso mesmo, realizado em condições que excedem as possibilidades de reprodução dos homens e dos animais. A captura predatória das aves e dos peixes foi então colocada em questão, tendo em vista o reconhecimento dos interesses dos *ribeirinhos*, condenados, por tais fatores, à escassez e à fome acumulativas e à migração urbana.

Sob esta base organizativa, os problemas e denúncias dos *ribeirinhos*

15 Paralelamente ao campo institucional apresentado, outro conjunto de entidades organiza-se com base em sistemas de crenças evangélicas, disputando a legitimidade dos valores e princípios comportamentais que anunciam. Essa disputa e o reconhecimento da abrangência da ação institucional são expressos pelas *comunidades ribeirinhas* que agregam. Por isso, em cada uma delas onde há evangélicos, os símbolos emblemáticos da instituição são visualmente celebrados em cartazes e congregações. Os nomes identitários das comunidades são reveladores do alcance hegemônico da organização social segundo os credos evangélicos. Dentre as instituições pesquisadas, destaco: Assembleia de Deus Tradicional, Assembleia de Deus, Igreja Batista Regular e Testemunha de Jeová.

(cristãos) foram transformados em questões políticas encaminhadas para reconhecimento pelos titulares do poder municipal e estadual (local). A questão ecológica, não se apresentando como problemática em si mesma, operou e opera como instrumento de mediação para incorporação de outras vertentes da organização suscitadas pela evangelização. O texto emblema da construção da problemática, a seguir reproduzido, é esclarecedor da interpretação por mim anunciada:

Evangelizar é colocar-se a serviço da vida. ‘Que todos tenham vida e a tenham em abundância’. A pastoral rural destaca que o relacionamento com a natureza é uma dimensão da existência humana iluminada pelo Evangelho. Preservar o meio ambiente é condição essencial para preservar a própria vida humana (REGIS, 2001, p. 56).

Os princípios éticos e filosóficos que orientam as ações sociais visando a preservação ambiental assim se fundamentam:

O que Deus criou foi bom. Continua bom. Será que sabemos usar os bens da sua criação? A mãe Natureza impõe condições para alimentar e enriquecer seus filhos. Ela nos oferece muitos presentes. Não devemos ser gananciosos, querendo arrancar de suas mãos seus tesouros. Boas maneiras pedem que pesquisemos primeiro para saber o que fazer.

Deus disse: ferverilhem as águas um ferverilhar de seres vivos e que as aves voem acima da terra...

E Deus viu que isso era bom:

Há muita água na Amazônia. E muitas variedades de água. A água num lago, perto de um grande rio, não é igual em composição à que faz parte de um igarapé de terra firme.

A harmonia ecológica é tão sutil que a diminuição ou a eliminação de árvores frutíferas da várzea provoca uma queda na produção de peixes nos rios e lagos. Os peixes alimentam-se de frutas que caem dos galhos nas épocas de cheias ou das folhas da vegetação ribeirinha.

Um pássaro ou ave não é útil apenas por sua capacidade de cantar e nos alegrar, o que já seria algo importante. Tem uma variedade de funções no ecossistema, e sua perda seria algo lastimável. Uma terra sem pássaro é um lugar amaldiçoado (texto apócrifo, impresso para pedagogicamente servir de base a reuniões de catequistas ou agentes comunitários).

É esse o ideário em torno do qual os *ribeirinhos* católicos organizam o trabalho comunitário para tentar deter a entrada destruidora de pescadores e peixeiros. De início, os efeitos foram tão visíveis que estimularam uma ampla adesão. Todavia, como essa forma de privatização dos lagos gera constantes disputas entre vizinhos, riscos de conflitos abertos com pescadores e perseguições políticas, além de ser uma ação concebida como injusta por parte dos funcionários

do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), os *ribeirinhos* têm-se desestimulado na continuidade da preservação dos lagos. Esses fatores têm também levado à secundarização da atividade de pesca, especialmente aquela em que tempo e recursos são mais mobilizados e, por consequência, acarreta maiores riscos de perda por apreensão de instrumentos de trabalho e pagamento de multas.

O debate sobre a sustentabilidade ambiental também se consubstancia em uma prática de denúncia e de encaminhamento de reivindicação de imposições de limites aos riscos de destruições, decorrentes da implantação do núcleo de exploração da Petrobras nos rios Urucu e Solimões. Esses riscos, na perspectiva dos agentes que se sentem ameaçados, ampliam-se por causa da construção de um gasoduto para escoar a produção¹⁶.

Na medida em que os agentes locais não obtêm apoios institucionais mais amplos, eles se submetem a desautorizações e, não raramente, a riscos de extermínio absoluto por outros tantos que, não os reconhecendo como autoridades dotadas de legitimidade e de legalidade para limitar o ir-e-vir e a apropriação privada de recursos naturais, atribuem-lhes desavenças pessoais, solucionadas segundo certos códigos locais de conduta e honra que predizem o assassinato.

Tais ações estão longe de reproduzir o sistema de parcerias institucionais que subjaz aos movimentos de luta pela sustentabilidade ambiental. Pelo contrário, são incursões que aparecem como modos de imposição de perspectivas e temáticas, muito distanciadas das percepções instituídas pelo convívio com agentes idealizadores da sustentabilidade como valor ético para a economia e certos modos de vida. Essas precárias associações locais não permitem a formulação de modelos de gestão ambiental, não asseguram a diversificação das atividades econômicas e o manejo de sistemas extrativistas tendo em vista a preservação de espécies.

Em algumas circunstâncias, os representantes das prelazias de Coari e Tefé apoiam a transferência de ações para alguns funcionários do IBAMA, especialmente aquelas delegadas ao (voluntário) *agente comunitário* erigido em preservador de lagos ou peixes, sob o cargo informal de *agente ambiental* (REGIS, 2001, p. 56).

Um dos desdobramentos institucionais das práticas de preservação resultou

16 Alguns *ribeirinhos* referem-se a problemas de erosão causados pelo aumento da intensidade de banzeiros (movimento das águas em ondas, em razão de ventos fortes e de deslocamentos por passagem de embarcação de grande calado ou de rápida velocidade), em decorrência da passagem de aerobarcos e de grandes navios de carregamento de petróleo. Em comunidades localizadas mais perto dos canais de navegação de grandes barcos, essa erosão tem causado enormes prejuízos pela queda de dezenas de mangueiras, geralmente carregadas de frutos, e pela diminuição das áreas de terra apropriadas produtivamente na estação da seca.

na criação do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD), com sede em Tefé, mas com atuação inclusiva de municípios adjacentes. O GPD recebe apoio financeiro do ProVárzea, tendo em vista a adoção de sistemas inovadores de manejo dos recursos naturais da várzea que sejam econômica, social e ambientalmente sustentáveis. Essas ações estão integradas, durante três anos (2001-2004), ao Projeto Manejo de Lagos de Várzea da Região de Tefé. Segundo definição pública, esse projeto está assim configurado:

Objetivo geral: desenvolver um sistema de manejo comunitário e conservação de lagos visando proporcionar maior retorno econômico às comunidades ribeirinhas da várzea da região de Tefé.

Objetivos específicos:

1. implementar, monitorar e avaliar um sistema de manejo comunitário sustentável de lagos nas comunidades ribeirinhas da região de Tefé;
2. recuperar as matas ciliares dos lagos priorizados no projeto;
3. fortalecer a agricultura familiar através da melhoria e diversificação da produção agrícola;
4. fortalecer a organização comunitária.

Em razão da temporalidade descontínua dos apoios financeiros recebidos, os dirigentes do GPD planejam criar, no período de aplicação do projeto em curso, padrões de referência comportamental que possam mudar a prática econômica dos *agricultores de várzea* e de seus concorrentes, todos em busca da apropriação produtiva dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho educativo para inculcar diferenciados modelos educativos aos *ribeirinhos* é constitutivo de sua construção política. A despeito das mudanças de objetivos em função do contexto, mantém-se o modelo de ação comunitária, princípio integrante de construção dessa identidade. Por tal mobilização, os *ribeirinhos* têm reafirmadas as relações consanguíneas e afins do parentesco e têm consagrados os laços de vizinhança. Essas relações consubstanciaram as formas de instituição do *nós*, irmanando-os pela referência ao sistema de crenças cristão. Portanto, os *ribeirinhos*, no caso, cristãos praticantes agregados em *comunidades*, e os agentes mobilizadores afiliados ao MEB são partes da mesma história. Em consequência, a maior parte dos textos que registra as condições de vida dos *ribeirinhos* é construída no contexto da literatura produzida por agentes do campo religioso. Destacam-se aqueles (textos) que integraram os meios de objetivação dos princípios missionários definidos pelos documentos da CNBB, destinados a orientar a ação pastoral dos agentes do MEB. Também por essa ação

política, as unidades de consolidação do sistema de poder local foram desenhadas segundo uma divisão espacial e regional específica: configuradora da presença e da abrangência da Prelazia em municípios.

Por tais ações políticas, os *agricultores de várzea* foram reconhecidos como produtores mercantis, mediante a conquista de certa autonomia em relação aos intermediários da comercialização (*patrões, regatões, marreteiros*). No bojo desse processo, foram reconhecidos ainda como agentes dotados de modos formais de organização coletiva e, especialmente por eles próprios, como letrados ou dotados da capacidade de *enxergar* (visão social), condição que lhes assegurou possibilidade de entender o mundo social para além de seu universo imediato.

Os *ribeirinhos* da região amazônica (vis-à-vis os demais habitantes de margens de rios e lagos), talvez por tais investimentos, alcançaram mais visibilidade em termos de articulação de significados sociais aos atributos de posição. São assim imediatamente identificados quando a referência põe em destaque essa condição ambiental de vida.

Concluindo, neste artigo analisei um processo de enquadramento institucional, mediado pela afiliação religiosa e fundamentado na defesa de um (essencialista) modo de vida. Contudo, estes critérios identitários têm contribuído para provocar marginalizações e inserção mediante singulares programas de ação, como demonstram as formas de inserção dos ribeirinhos ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Para que eles venham a ser plenamente integrados como *agricultores familiares* (nos termos das definições oficiais contidas nesse programa), é mister relativizar, por meio da reflexão, os respectivos exercícios de imposição de modos de relacionamento e de adoção de referências comportamentais.

Na análise feita neste artigo, valorizei, com base no hierárquico sistema de posições em que se integram os *ribeirinhos*, o campo de concorrências institucionais. Diversos dos atributos aí formulados só podem ser entendidos pelos efeitos das relações de forças que, nesse mesmo campo, são constituídas. As condições de apropriação de recursos pelos *ribeirinhos* assentam-se na denúncia de que estão abandonados pelos poderes públicos, condição para o encaminhamento de reivindicações que correspondam aos investimentos asseguradores de direitos sociais. Os *ribeirinhos* participam assim da concorrência pelo investimento político capitaneado pelos que aí disputam a hegemonia das formas de enquadramento, de adesão e de modelação da categoria, socialmente então reconhecida. Portanto, na situação social considerada neste artigo, no médio rio Solimões, *ribeirinho* é uma categoria mais política que econômica, razão pela qual é alçada à remissão qualificadora de um modo de vida advogado como *sui generis*.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria José Ramos de. **Os técnicos na produção dos ribeirinhos do Amazonas**. 1984. ... f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984.

BARBOSA, Priscila Faulhaber. Tradition et changement dans le moyen Solimões: structure sociale et mouvements de revendication à base territoriale. **Cahiers des Sciences Humaines**, v. 22, n. 3-4, Paris, p. 389-400, 1986.

BENATTI, José Heder. Unidades de conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, dez., p. 107-126, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: quadros econômicos da produção. Manaus: ISEA, 1989.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Projeto MEGAM: Mudanças no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém: UFPA, NAEA, 2003. p. 125-146.

FARIA, Izabel Mendonça; VALENCIO, Norma Felicidade; MANCUSO, Maria Inês; MORAES SILVA, Maria Aparecida. **Vozes e imagens do rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. Trabalho apresentado no GT Diversidade Cultura Rural, VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, Porto Alegre, dez. 2002. 1 CD-ROM.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

FURTADO, Lourdes de Fatima Gonçalves et alii. Projeto RENAS: Experiências de Pesquisa Científica e Desenvolvimento em Zonas Costeiras, Flúvio-Lacustres e Estuarinas da Amazônia e Possibilidade de Cooperação Internacional. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém: UFPA, NAEA, 2003. p. 83-107.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: UFPA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**

demográfico 1995-1996: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1999:** pesquisa informações básicas municipais 1999. Rio de Janeiro, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000:** resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados da amostra (1970) e dados do universo censo demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em:

McGRATH, David Gibbs. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, p. 57-72, dez. 1999.

MISSIONAIRES SPIRITAINS. **Les fondateurs.** Disponível em: <<http://www.spiritains.org/qui/fondateurs/poullartbib2.htm>>. Acesso em:

PESSOA, Protásio Lopes. **Da educação radiofônica à educação política.** Tefé: MEB, 2002. Semana Dom Joaquim. Assim é contada a nossa história. Impresso.

REGIS, Gutemberg Freire. **Pistas ribeirinhas.** Coari: Prelazia de Coari, 2001.

RIBEIRO, R. Colares. **Viagens à “Corte do Solimões”.** Manaus: REX, 1996.

ROMAINE, Raimundo Ribeiro. **Rostos de pobreza delineados na prelazia de Tefé-AM.** Tefé: MEB, 2001. Mimeografado.

SCHAEKEN, Raimunda Gil. **Centenário da presença espiritana na prelazia de Tefé-AM (1987-1997):** a semente cresceu e evoluiu. Manaus: Associação dos Escritores do Amazonas, 1997.

SIGAUD, Lygia Maria et al. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 214-290, 1987.

WIRTH, Louis. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 68-89.

Texto submetido à Revista em 19.11.2008 e aceito para publicação em 13.4.2009.